

A batalha em torno do gênero

A Educação Básica contra ataca

Em 2015, menos de um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, a *Retratos da Escola* publicou em sua décima sexta edição o dossiê *Diversidade na Escola: gênero e sexualidade*. O objetivo central desta ação era somar esforços frente aos retrocessos que naquele momento se intensificavam e consubstanciavam no projeto obscurantista do movimento *Escola sem Partido*.

A grande controvérsia política daquele momento era o fato de que, mesmo tendo sido aprovado na Conae 2014 (na presença e com o aval de milhares de educadores e educadoras), o texto do projeto que daria origem à Lei precisou ter removido de sua redação a expressão gênero para ser aprovado no Congresso Nacional. Se outrora as representações docentes haviam aprovado, de forma coletiva e democrática, um projeto de lei que se comprometia em garantir no âmbito educacional a “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, na prática, o que se viu foi a imposição (paradoxalmente também por vias democráticas) de um genérico compromisso com a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Desde o início dos anos 2000, a educação pública brasileira vivenciava a implementação de uma série de ações governamentais de caráter progressista que, concebidas em um contexto democrático, buscavam dar visibilidade e atender antigas demandas de movimentos sociais brasileiros, transformando o currículo e o ambiente das instituições de ensino em espaços de garantia e valorização dos direitos humanos, e de combate às violências, como o sexismo, a LGBTfobia e o racismo.

Desde então, mas principalmente após o início do (des)governo atual, agigantaram-se, tanto em volume como em intensidade, as investidas antidemocráticas e conservadoras ao modelo de educação pública ofertado no País. Desastrosamente, de lá para cá, foi possível testemunhar a tentativa de estados e municípios de excluirmos de seus planos estaduais e municipais de educação (PEE e PME) as temáticas de gênero e sexualidade - iniciativas que, felizmente, desde meados de abril deste ano vêm sendo derrubadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

No entanto, como consequência direta do avanço das forças conservadoras, passou a ser possível (quase que diariamente!) ver ações que estigmatizam o conhecimento e os agentes que o promovem como “verdadeira ameaça” à moral e à família, além de posturas que, ao incidir sobre identidades sociais e políticas, reproduzem concepções hierarquizadas de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social.

O Governo, que já nos brindou com três ministros da educação (dois de atestada incompetência e um que ficou no cargo por apenas alguns dias), acaba de dar posse ao quarto dirigente. Um ano e meio após a chegada do presidente à chefia do Executivo, a única certeza é a incapacidade de se apresentar um projeto que vá além da “cruzada moral”, enunciada desde a campanha eleitoral e insistentemente repetida, cujo intento consistiria em combater o avanço nas escolas daquilo que denominam “ideologia de gênero”.

Foi tendo em mente a centralidade da luta contra a “ideologia de gênero” para o atual projeto político de poder encabeçado por Jair Bolsonaro e sustentado pelas forças políticas conservadoras, mas também, partindo da premissa de que a educação é decisiva no processo de conscientização dos sujeitos sobre a necessidade e a possibilidade de alteração de sua realidade social, do direito à diferença em todos os espaços sociais e do convívio com a pluralidade de ideias e conhecimentos que a editoria da *Retratos da Escola* decidiu retomar essa discussão. Desta vez, através do dossiê *A batalha em torno do gênero: a Educação Básica contra ataca*.

Organizado por Diego Schibelinski e Leda Scheibe, este dossiê conta com dez artigos escritos por especialistas de diferentes áreas do conhecimento que analisam as disputas em torno da inserção dos temas relacionados ao gênero e à sexualidade nas diferentes etapas da educação básica e em múltiplos espaços.

Ao trazer a público estudos, investigações e relatos que analisam currículos, práticas formativas, cotidianos escolares, materiais didáticos, projetos de lei, falas públicas e discursos midiáticos, o intuito deste dossiê é acessar as práticas docentes e as resistências cotidianas no combate às desigualdades sociais, sobretudo aquelas relacionadas ao gênero e às sexualidades, na busca pela construção de uma sociedade mais crítica e menos segregadora. Esta iniciativa permite que aprofundemos nossa compreensão sobre as principais motivações por trás das iniciativas antigênero, acirradas no contexto sociopolítico brasileiro desde a chegada dos conservadores ao Governo, mas, também, nossa compreensão de como os agentes políticos que compõem o ambiente escolar têm vivenciado tantas interdições e atravessamentos em relação às discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas e, sobretudo, de que forma eles têm constituído diferentes estratégias de embate a tais projetos.

“*Isso é coisa do capeta!*”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder, de autoria de Diego Schibelinski, foi o artigo escolhido para abrir este dossiê. Nele, além de ofertar uma explicação de quais seriam os sentidos atribuídos àquilo que vem sendo

chamado de “ideologia de gênero”, o autor, tendo em vista a atual conjuntura política, buscou compreender a importância do combate à “ideologia de gênero” para o Governo, bem como o que o discurso – marcadamente antigênero – pode revelar acerca do projeto conservador-bolsonarista para a educação brasileira.

As formas pelas quais se elabora o discurso antigênero foram também objeto da análise do artigo escrito por Tamires Tolomeotti Pereira e Jamil Cabral Sierra. Em *Uma ficção biológico-conservadora: discursos de ódio contra as dissidências sexuais e de gênero e seus impactos na educação*, os autores, ao investigar um conjunto de enunciados de artigos científicos e de perfis do *Twitter* – reconhecidos por seu posicionamento odioso em relação às experiências sexuais e de gêneros dissidentes –, discutem como os estudos científico-biológicos sobre experiências trans e manifestações do desejo não heterossexuais têm sido empregados como fonte de reverberação de um discurso de ódio que vem buscando adentrar os espaços escolares.

Já em *Discussão sobre gênero nas escolas: ações e resistências*, Eliane Rose Maio, Márcio de Oliveira e Reginaldo Peixoto, ao traçar um panorama sobre as questões de gênero em alguns documentos oficiais brasileiros, nos lembram que as discussões sobre gênero devem ser frequentes nas práticas escolares, sobretudo porque a escola contribui para a formação de seus alunos e alunas por um longo período de tempo. A autora e os autores apresentaram propostas de práticas escolares envolvendo o tema, como subsídio para a ação docente em sala de aula.

É justamente a atuação docente frente às questões relacionadas ao gênero e sexualidade na escola pública o alvo de análise de Fernando Seffner em *Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir*. Valendo-se da etnografia de cenas escolares, o autor evidencia a importância da abordagem dos temas no currículo e os desafios que essa tarefa impõe a professores e professoras.

O papel do discurso religioso – em grande medida reproduzido por docentes e funcionários – na construção de uma cultura discriminatória frente às narrativas de sujeitos dissidentes sexuais ou de gênero no interior do espaço escolar foi, por sua vez, a discussão de Denize Sepulveda e José Antônio Sepulveda no artigo *Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas*. A análise teve como base suas experiências. Além de articular um debate em torno de conceitos como laicidade, retórica religiosa e diferentes formas de discriminação, os autores registram as ações capazes de potencializar o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas brasileiras.

A resistência de grupos conservadores frente às tentativas de garantir a abordagem das questões relacionadas ao gênero e às sexualidades na educação é o tema central do artigo escrito por Lara Torrada Pereira, Paula Costa Ribeiro e Juliana Lapa Rizza. Em *A ofensiva antigênero e seus efeitos: um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica*, as autoras buscaram compreender, a partir da análise das experiências de participantes

do *Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero* – ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande a professores e escolas da rede pública da região –, como se organizou um movimento político declaradamente antigênero na cidade em resposta ao projeto, mas, também, como os participantes do próprio projeto elaboraram diferentes estratégias para garantir sua continuidade.

Os embates em torno da ofensiva antigênero foram também abordados por Fátima Weiss de Jesus e Ramilly Frota Pantoja. No artigo *Enfrentamentos em torno de gênero: resistências em defesa da diversidade nas escolas*, as autoras mostram a organização do movimento de resistência, encampado por ativistas LGBT, professoras e professores da rede básica e de nível superior, que buscou fazer frente à retirada do conceito gênero nos textos do Plano Municipal de Educação de Manaus e do Plano Estadual de Educação do Amazonas.

A necessidade de defender o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas é constante no País. O artigo escrito por Cláudia Maria Ribeiro e Constantina Xavier Filha se mostra como mais uma evidência dessa incansável luta, travada por nossos educadores e educadoras em todo o território nacional. Em *Corsário preso: possibilidades e limites para navegar pelo conceito de gênero na Educação Básica*, as autoras, ao mergulharem no relato de uma educadora, integrante do Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil, e em sua experiência no planejamento e execução do encontro destinado às discussões ético políticas dos processos de formação continuada para a primeira etapa da educação básica, buscaram evidenciar como a falácia da “ideologia de gênero” e o pânico moral gerado por ela podem interferir no conteúdo formativo ofertado aos docentes e, conseqüentemente, em sua atuação. A abordagem adequada desta temática em sala de aula fica evidente no artigo *Novos olhares sobre gênero e sexualidade: transformações advindas de um curso de formação docente*, escrito por Beatriz Rodrigues Lino dos Santos e Marcos Lopes de Souza, que analisa as marcas construídas por professoras de um curso de formação sobre diversidade de gênero e sexual em uma universidade estadual no interior do estado da Bahia.

Por fim, Jonas Alves da Silva Jr. e Leandro Rodrigues Nascimento da Silva nos brindam com o instigante *Imagens do cotidiano escolar: gênero e sexualidades nos desenhos de estudantes de uma escola pública*, artigo que esquadrinha desenhos e rabiscos de alunos e alunas de uma escola pública estadual do Rio de Janeiro, discutindo e problematizando as formas pelas quais crianças e adolescentes denotam, por meio do desenho, suas dúvidas e inquietações acerca da maneira pela qual se constrói o gênero e a sexualidade. Potentes e reveladores, os desenhos, grafismos e rabiscos espalhados pelas paredes, mesas, cadeiras e outros objetos da escola evidenciam para os autores o amálgama de discursos sobre o tema que circula pelo interior no espaço escolar, mesmo silenciosamente.

Além dos textos que compõem o dossiê, esta edição da *Retratos da Escola* conta também com a habitual seção Espaço Aberto, composta por dois artigos. O primeiro deles, intitulado *Paschoal Lemme: os povos do campo como sujeitos de uma educação democrática*, de autoria de Gláucia Ferrari, Márcia Ferrari e Mateus Proveti, se apresenta como estudo

bibliográfico sobre o pensamento de um dos mais importantes intelectuais da educação no Brasil. Os autores demonstram a relevância e a atualidade das contribuições teóricas de Lemme, em especial, as que se referem à educação das populações rurais do Brasil. Já o segundo artigo, *Jogo como estratégia de ensino: tematizando a prática de lutas na escola*, de Marcos Paulo Vaz de Campos Pereira *et al.*, tem como objetivo identificar o processo de lutas por meio do jogo como estratégia de ensino nas aulas de Educação Física escolar.

No Relato de Experiência deste número, *Jogo imagem e interação: uma prática educativa inclusiva*, Evaneyde dos Santos Souza e Rodrigo Bozi Ferrete, ambos do Instituto Federal de Sergipe, ao se debruçarem sobre a análise da prática educativa, questionam a eficiência da aplicação de um jogo na implementação da educação inclusiva. A pesquisa, de cunho qualitativo, adotou como metodologia o estudo de caso com um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados obtidos ressaltam a eficácia dos recursos pedagógicos que auxiliem na mediação da aprendizagem.

Por fim, gostaríamos de lembrar que vivenciamos um momento no qual os ataques aos direitos humanos, à democracia e ao próprio conhecimento científico ocorrem a todo momento no nosso dia a dia. A educação pública, laica e gratuita, entre tantos outros princípios que dizem respeito à educação libertadora, estão em risco - o que nos coloca diante de definições cruciais acerca do futuro educacional do País.

Felizmente, neste julho de 2020, nós, da oposição ao Governo, vencemos por larga margem a votação no plenário da Câmara dos Deputados da PEC 15/2015, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Este fundo é o principal mecanismo de financiamento das matrículas escolares nas redes públicas de ensino em todo o País, as quais congregam quase 40 milhões de estudantes, além de ser o responsável pelo pagamento de quase 4 milhões de trabalhadores em educação, entre professores, especialistas pedagogos e funcionários. O Fundo atual, de caráter temporário, tinha prazo de validade até 31 de dezembro de 2020, e a proposta do novo Fundeb, discutida pelo Parlamento, com ampla participação social, o tornou perene na Constituição Federal.

Mais do que nunca, a importância física da escola e a relevância do papel do professor se fazem sentir. As tentativas de implementação de um modelo remoto para a educação que estão acontecendo neste período de pandemia e que tentam minimizar os prejuízos da impossibilidade do ensino presencial evidenciam não só a extrema desigualdade social e econômica no País, que se manifesta na falta dos insumos necessários para a sua concretização, como os limites da tecnologia virtual que, mesmo sendo um complemento importante para atividades de ensino/aprendizagem, não substitui a ação presencial, desenvolvida no “chão da escola”. A desigualdade social tornou-se agora mais visível, o ataque à democracia mais evidente e a economia, cada vez mais debilitada.

A pandemia de Covid 19, que ora enfrentamos, expôs de forma indelével o caráter deletério do modo de produção capitalista e sua irracionalidade insustentável. O

posicionamento governamental, a partir do Golpe de 2016, é de entrega dos bens públicos ao capital internacional e de privatização até da saúde e da educação. O projeto de Nação vem sendo, agora e cada vez mais, dominado por uma ideologia mercadológica, que coloca “acima de tudo” não o Brasil, mas a exacerbação financeira dos grandes trustes internacionais.

Eis que, neste momento de exceção, o Estado é que precisaria ficar à frente do combate necessário. Nunca antes foi tão clara a importância das instâncias públicas da saúde e dos seus profissionais para a sobrevivência da população. Nunca antes ficou tão evidente que a educação pública é que atende à grande maioria da população infantil e jovem do País.

Trata-se de um momento em que cabe explicitar nossa forte indignação frente às propostas de destruição dos direitos e das instituições por uma Presidência da República eleita em grande parte por meio de *fakenews*, mas, incapaz de assumir responsabilidades pela democracia, diante do esforço de cidadãos e organizações as mais variadas que lutam pela saúde e pela educação.

Por tudo isso, desejamos boa leitura a todos e todas!

Comitê Editorial